



MATERIAIS DIDÁTICOS E PROFISSIONALIZAÇÃO NA EJA: UMA ABORDAGEM INCLUSIVA NO ENSINO MÉDIO

Luiz Eduardo Paulino da Silva¹; Erivaldo da Silva Nascimento²; Gustavo Kim Rodrigues Agra³. Dra. Zélia Maria de Arruda Santiago⁴

¹Universidade Estadual da Paraíba/ Centro de Ciências e Tecnologia, e-mail: eduardops25@hotmail.com

²Universidade Estadual da Paraíba/ Centro de Ciências e Tecnologia, e-mail: erivaldo.sn@hotmail.com

³Universidade Estadual da Paraíba/ Centro de Ciências e Tecnologia, e-mail: gustavokim@hotmail.com

⁴Universidade Estadual da Paraíba/ Centro de Ciências e Tecnologia, e-mail: zeliasantiago@yahoo.com.br

Este texto apresenta resultados de pesquisa realizada no TCC–Trabalho de Conclusão de Curso da Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA) na Universidade Federal da Paraíba-UFPB. Verificou-se de que forma os materiais didáticos presentes em aulas do ensino médio da EJA e pesquisados por seus professores, como artigos, livros científicos, monografias e periódicos orientam a profissionalização do educando da EJA. Esta discussão baseia-se nas contribuições de Albuquerque (2006), Freire (1993), Haddad (2007), Líbano (2005), Lopes (2008), Piletti (1995) que consideram interesses e expectativas de aprendizagens profissionalizantes dos educandos da EJA, bem como a formação de educadores para atuarem nesta realidade educacional que demanda aprendizagem de saberes teóricos e profissionais. Neste sentido, de que forma os materiais didáticos utilizados nas aulas da EJA direcionam a formação profissional destes jovens, além do aprendizado do conteúdo escolar? Ao analisar os textos materiais que referenciam a EJA e da educação profissional, percebe-se que o conteúdo desta modalidade é mais sintetizado do que o ensino médio.

Palavras-chave: EJA, Matérias, Profissional, Aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

O profissional da Educação de Jovens e Adultos (EJA) vivencia desafios, de um lado, o programa com os conteúdos que ele deve cumprir, do outro, o pouco tempo disponível no período letivo para alcançá-lo. E meio a esta situação estão os alunos, que são as vítimas diretas desta modalidade, tendo sua aprendizagem comprometida.

Com base neste pressuposto, é importância uma análise dos recursos didáticos utilizados pelos professores do ensino fundamental no contexto da EJA, visto que isso envolve um dos elementos de grande relevância no processo de ensino-aprendizagem. Se a questão da metodologia do docente é algo recorrente nos debates na educação regular, e é de grande importância no processo, é também no que se refere à esfera da Educação de Jovens e Adultos.



A presente pesquisa traz contribuições para a educação por abordar um tema interessante, que é a prática pedagógica dos docentes da EJA, mais especificamente no ensino fundamental, por professores que vivenciam a prática no chão de sala de aula. Objetivou-se verificar a luz de teóricos as metodologias utilizadas pelos professores da Educação de Jovens e Adultos os recursos didáticos empregados pelos docentes, isto indo a contexto de que muitas vezes diferem ou não daqueles empregados no ensino regular. Saber se o período letivo da EJA interfere ou não na aprendizagem dos educandos, também se constituiu em outra intenção da presente pesquisa. Também, se tencionou saber se a motivação para aprendizagem na EJA difere daquela que se dá no âmbito da educação regular. Portanto são percebidos fatores que concorrem para que haja uma diferenciação entre os recursos empregados na EJA e no ensino regular.

2 METODOLOGIA

O estudo em questão trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico, uma vez que as especificidades do fenômeno em análise foram pautadas nas pesquisas bibliográfica e descritiva, com o propósito de subsidiar diversas ferramentas de leituras, apropriando-se de um universo amplo como livros científicos, revistas e jornais informativos, teses e dissertações acadêmicas, e anais de eventos científicos, disponível pela internet. GIL (2010, p. 29) afirma:

Praticamente toda pesquisa acadêmica requer em algum momento a realização de trabalho que pode ser caracterizado como uma pesquisa bibliográfica. Tanto é que, na maioria das teses e dissertações desenvolvidas atualmente, um capítulo ou seção é dedicada à revisão bibliográfica, que é elaborada com o propósito de fornecer fundamentos teóricos ao trabalho, bem como a identificação do estágio atual do conhecimento referente ao tema.

Portanto, o desenvolvimento deste trabalho foi estruturado utilizando-se de informações bibliográficas para situar a questão de forma exploratória e dedutiva, visto que centramos as análises pautados em referências consultada por autores que falam sobre: (i) Educação de Jovens e Adultos, Haddad (2007); Lei de Diretrizes e Bases e a Educação Profissional, LDB (1996); (ii) Contexto de mudanças: O professor e o planejamento, Becker, (2002), Freire (1993); (iii) A motivação para o aprendizado, Guimarães (2001) e o professor e os recursos de ensino, Piletti (1995) que deram suporte teórico-metodológico ao trabalho ao qual nos propomos e que por sua vez ajudaram na compreensão das inquietações, ora discutidas; dentre os



quais estes Pressupostos corroboraram com as nossas discussões acerca planejamento, enquanto professores, e as motivações dos mesmo nesta modalidade de ensino que é a educação de jovens e adultos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 EJA e Educação Profissional na LDB: expectativas e realidade

Os artigos da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que versam sobre a Educação de Jovens e Adultos são o 37º e o 38º, sendo assim redigido seu texto:

“Art. 37º. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º. O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38º. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º. Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º. Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

Os artigos evidenciam que a oferta desta modalidade de ensino é destinada àqueles pessoas que não concluíram os estudos na idade própria, tendo uma nova oportunidade para dar prosseguimento e buscar terminar seus estudos. É obrigação dos estabelecimentos oferecerem oportunidades educacionais aos educandos que ingressam na EJA, lembrando que estes estabelecimentos devem atentar para as especificidades destes educandos (LDB: Art. 37º, § 1º).

Ainda assim, o Artigo 38º declara que “Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos”, dando condições ao educando no prosseguimento dos seus estudos. Lembrando que é permitida a conclusão do ensino fundamental, por meio de exame supletivo, aos maiores de 15 (quinze) anos, e do ensino médio, aos maiores de 18 (dezoito) anos (*Idem*, Art 38º, § 1º, I e II, respectivamente).

A LDB assegura ao educando que apresenta conhecimentos e habilidades adquiridos de modo informal, pode ser sondado por meio de exames



(Idem, Art. 38º § 2). As políticas públicas não obstante estes avanços na Educação brasileira, há muita coisa ser feita em prol da EJA. Como nos assevera Haddad (2007, p. 197),

Não se implantou nacionalmente uma política para EJA, nem se concretizou, como decorrência da conquista desse direito, um sistema nacional articulado de atendimento que permita que todos os cidadãos e cidadãs acima de 14 anos possam, pela escolarização, enfrentar os desafios de uma sociedade como a brasileira.

São muitos os desafios políticos a serem vencidos pela Educação brasileira, sobretudo, pela EJA, que, como se viu na afirmação de Haddad, não demonstra uma estruturação que a coloque em pé de igualdade com as demais modalidades de ensino. Isto é um ponto a ser refletido em nossa Educação, já que não são poucos os educandos egressos do ensino regular que procuram a modalidade EJA.

Os artigos da LDB que abordam a Educação Profissional são: o 39º, o 40º, o 41º e o 42º. Assim abordam estes artigos a Educação Profissional:

“Art. 39º. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

Art. 40º. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art. 41º. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Parágrafo único. Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional.

Art. 42º. As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade”.

Assim, como as demais modalidades de ensino, a Educação Profissional é ofertada a todos e pode ser “integrada às diferentes formas de educação” (LDB, Art 39º), inclusive à Educação de Jovens e Adultos. Como se pode ver no Artigo 39º da LDB, a integração da Educação Profissional se pode dar com as diversas formas de Educação, e não é diferente com a Educação de Jovens e Adultos.

3.2 Contexto de mudanças: O professor e o planejamento

A sociedade contemporânea tem passado por profundas mudanças, caracterizando-a como uma sociedade dinâmica. Esta dinamicidade tem se manifestado em muitos setores (comunicação, transportes, entre outros). Da mesma sorte, a Educação não está isenta de passar por mutações. Aliás, é mister que estas se deem, visto ser a Educação um setor muito importante, e por que não dizer, fundamental da sociedade. E, se inserindo num contexto de mudanças como se percebe na atualidade, a Educação precisa também se atualizar se quiser vencer os desafios que lhe são propostos.

E não são poucos os desafios à Educação brasileira, visto que no presente século ainda o país contabiliza um elevado índice de brasileiros que ainda não dominam a leitura, a escrita e as operações matemáticas básicas (GALVÃO e SOARES, 2006, p. 49). Como se pode ver urge que o profissional da educação se dê conta de seu papel primordial na única forma de reverter tal quadro: a Educação. Nenhum trabalho que tenha a finalidade de lograr êxito é concebido sem planejamento, pois este é fundamental para que se obtenha o melhor resultado que se queira. O trabalho docente, da mesma maneira, requer planejamento para o alcance de seus objetivos. E tal tarefa, a de planejar, não tão simples, exigindo do professor sua máxima atenção ao fazê-lo.

O professor não pode nem deve desprezar o fato de que a aprendizagem construída pelo aluno é muito mais significativa, e se efetiva de maneira mais perene do que em outras concepções, tais como a bancária. Não quer dizer, contudo, que o professor ficará passivo ou será omissos em sala (BECKER, 2002, p. 113). Piaget (1975, p. 89 *apud ibid.*) diz que “isto obviamente não significa que o professor deve deixar de inventar situações experimentais para facilitar a invenção de seu aluno”. O professor se fará um facilitador nesta construção da aprendizagem.

A prática docente prescinde de metodologias corretamente aplicadas. O professor tem a incumbência de conduzir o processo de ensino-aprendizagem na sala de aula, por meio de atividades, através das quais, este processo se efetue (GUIMARÃES, 2001, p. 85). O professor tem que ser cômico de seu lugar no processo ensino-aprendizagem, que é educador-educando (FREIRE, 1993, p. 79). Isto é, enquanto educa, ele também é educado.

Para Piletti, “o planejamento é, hoje, uma necessidade em todos os campos da atividade humana” (1995, p. 61). Esta premissa corrobora o que foi afirmado acima, visto que, se estamos diante de desafios a serem encarados e vencidos, não podemos deixar de nos preparar para tais desafios. É



justamente aí que reside a necessidade de um planejamento. E “quanto mais complexos forem os problemas, maior é a necessidade de planejamento”

3.3 Desmotivação na formação profissional

Para Becker, “Se a aprendizagem humana ocorre por força da ação do sujeito, do indivíduo concreto, ela não pode mais ser debitada exclusivamente ao ensino – nem dos pais, nem dos professores, nem dos governantes” (2002, p. 112). As palavras do autor deixam claro que não é apenas o ensino de instituições – família, escola e Estado – que garante a aprendizagem, mas, principalmente, por força de vontade do indivíduo em aprender. Isto é, se este não quiser, não for motivado a aprender, em vão será o ensino ofertado a ele. Para o autor

“A fonte da aprendizagem é a ação do sujeito; o indivíduo aprende, pois, por força das ações que ele mesmo pratica: ações que buscam êxito e ações que, a partir do êxito obtido, buscam a verdade ao apropriar-se das ações que obtiveram êxito. Emergem dessas concepções as atuais compreensões diferenciadas de aprendizagem, manifestas por expressões como: ‘aprender a aprender’, ‘aprender a aprendizagem’, ‘descobrir por si mesmo’, ‘aprender é inventar’, ‘aprender não é transferir conteúdo a ninguém’, ‘aprender não é memorizar o perfil do conteúdo transferido no discurso vertical do professor’, ‘ensinar significa: deixar aprender’, ‘aprender... o deixar-aprender’, ‘aprendizagem é explicar como o sujeito consegue construir e inventar...’, ‘aprender é proceder a uma síntese indefinidamente’” (BECKER, 2002, p. 113)

Há esta perspectiva sobre ensino-aprendizagem na atualidade que, como se percebe nas palavras supra, vê este processo não mais como algo vertical – de cima para baixo –, mas se centra no educando, principal agente do processo. Freire (apud *ibid.*, p. 115) afirma que “o processo de libertação é confeccionado pelos seus próprios sujeitos e não ensinado por alguém”². Cabe ainda salientar que a escola é o “espaço privilegiado para a seleção crítica das informações, para preparação do jovem [e do adulto] que seja capaz de desvelar o real na informação que vem pasteurizada e espetacularizada” (TOSCHI, 2002, p. 274). Em outras palavras, conscientizar o educando de sua criticidade frente às informações que a ele se apresentam.

Segundo Luiz Carlos de Menezes, “desenvolver o desejo de aprender é a mais importante função da escola. Portanto, a falta de motivação é problema dela” (Revista Nova Escola, Nov/07, p. 90). Vê-se nas palavras do educador uma grande verdade: a escola deve ser um ambiente de constante motivação. Quando se motiva o educando, é mais fácil que a aprendizagem se efetue. Como se pode comprovar nos



últimos anos, o educando tem visto o estudo como uma ferramenta que lhe trará recompensas, tais como elogios, notas e prêmios (GUIMARÃES, 2001, p. 46). A isto, a autora aponta como motivação extrínseca. O educador tem, portanto, mais um desafio, dentre tantos que já tem pela frente: ensinar motivando. Para tanto, faz-se necessário a utilização correta dos métodos de ensino. O professor deve adequar cada um dos métodos à realidade de sua sala de aula e ao nível cognitivo de seus educandos.

A educação que motiva, é também a educação que problematiza. Este tipo de educação “reconhece [os homens] como seres que *estão sendo*, como seres inacabados, inconclusos” (FREIRE, 1993, p. 83). Como se vê nesta conhecida afirmação de Paulo Freire, todo ser humano está num constante processo de “acabamento”, logo, este ser humano precisa estar sempre em busca de aperfeiçoamento. Nenhum homem é completo em si, ele sempre está “se fazendo” (freireanamente falando). O professor tem neste princípio como motivar o seu educando, conscientizando-o do ser “inconcluso” que ele é.

Sendo assim, ele (o educando) precisa buscar “se fazer”, e é na educação que isto se torna possível. Igualmente, são vários fatores que motivam um educando a aprendizagem, sendo que a própria sala de aula é o lugar onde isso se dê de forma mais relevante (GUIMARÃES, 2001, p. 78). O professor deve levar em conta o fato de a sala de aula ser determinante na motivação do educando em aprender. Se o professor não criar um ambiente propício para a efetivação do processo ensino-aprendizagem, pode não obter os resultados por ele preteridos.

3.4 O professor e os recursos materiais didáticos

O professor planeja ações, processos ou comportamentos que objetivem colocar seu educando em contato direto com seu objeto de estudo³ (TURRA *apud* PILETTI, 1995, p. 67). A esta parte do planejamento de ensino chamamos de *procedimentos de ensino*, imprescindíveis para o trabalho docente. Afirma Piletti que

“O professor, ao organizar as condições externas favoráveis à aprendizagem, utiliza meios ou modos organizados de ação, conhecidos como *técnicas de ensino*. As técnicas de ensino são maneiras particulares de provocar a atividade dos alunos no processo de aprendizagem” (1995, p. 67).

O professor que não se prepara para as mudanças contemporâneas, está fadado ao insucesso em sua missão



como educador. Este tem muitos meios à sua disposição com vistas a lhe auxiliar a conduzir o processo de ensino-aprendizagem em sua sala de aula. São muitas as mídias das quais ele pode se utilizar: televisão, computador, DVD, *internet*, entre tantos outros. Contudo, cabe uma consideração: “o educador para os meios deve criar estratégias didáticas que aumentem a motivação e a necessidade de teoria ou análise” (TOSCHI, 2002, p. 276). Se o professor não se preparar para a utilização didática dos meios midiáticos de que dispõe, ele acabará por ter ferramentas utilíssimas diante de si, sem, no entanto, saber fazer uso delas. Fazendo-se necessário, portanto, que o professor esteja a par dos meios que lhe auxiliarão em seu trabalho docente. Mas não basta o professor conhecer e dispor de recursos midiáticos,

“É importante transformá-los em mídias didáticas, isto é, conhecer seu processo de produção, identificar as intenções que as mensagens trazem, conhecer como as linguagens de cada meio se processam, como é o processo de edição das mensagens. É preciso saber ‘ler’ o que as mídias dizem e interpretar seus sentidos” (TOSCHI, 2006, p. 270).

Como se pode ver, aí reside um dos grandes desafios do professor ao se utilizar de recursos midiáticos em suas aulas: ter clara a noção de se fazer o uso didático destes meios, ou seja, utilizar os recursos com o fim de auxiliar a aprendizagem de seus educandos. Disse Toschi que o professor precisa “racionalizar os processos”, em outras palavras, precisa o professor educar-se para as mídias (*idem*). E como isto é possível? Através de um bom planejamento que outorgue a cada recurso midiático de que dispõe o professor, o papel que lhe cabe. Isto é, cada recurso utilizado com um determinado fim e de forma adequada.

Outrossim,

“A formação continuada do professor, por sua vez, na perspectiva histórico-social toma como base a prática pedagógica e situa como finalidade dessa prática levar os alunos a dominarem os conhecimentos acumulados historicamente pela humanidade. Para conseguir que os alunos se apropriem do saber escolar de modo a se tornarem autônomos e críticos, o professor precisa estar, ele próprio, apropriando-se desse saber e tornando-se cada vez mais autônomo e crítico” (MAZZEU, 1998, p. 2).

Vê-se na afirmação anterior a necessidade de o professor estar em constante formação, pois a dinamicidade é uma característica marcante destes tempos modernos. Portanto, é de grande importância a permanente busca do profissional docente para aperfeiçoar seu trabalho enquanto educador. Outra questão é a de que

A educação de jovens e adultos requer do educador conhecimentos específicos no que diz respeito ao conteúdo, metodologia, avaliação, atendimento, entre outros, para trabalhar com essa clientela heterogênea e tão diversificada culturalmente, (ARBACHE, 2001, p. 19 *apud* LOPES e SOUSA, p. 12).



O professor da EJA tem mais um desafio: conhecer as especificidades desta modalidade, principalmente no que tange ao conteúdo, metodologia, avaliação, atendimento e ao alunado, que, além de heterogêneo, é bastante específico, divergindo muito do público do ensino regular. E não apenas estas questões supracitadas, mas também, o tempo que o professor da EJA também dispõe é um desafio a ser vencido, tendo ele que adaptar sua metodologia a este espaço de tempo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A priori, as práticas pedagógicas observadas na EJA diferem das práticas que se dá no ensino regular, isso é explicado pelo fato de que o contexto da EJA é diferente do contexto do ensino regular, por diversos fatores, dentre os quais o fator faixa etária, e isso, portanto, requer do professor cuidado nessa diferenciação.

Obviamente, isto não quer dizer que os educandos da modalidade EJA são encarados como uma classe de alunos que não acompanha o ritmo de um ensino regular. Pelo contrário, estes alunos são vistos, sim, como especiais, mas são educandos como os demais do ensino regular, com as mesmas potencialidades em aprender.

Essa diferenciação na metodologia dos docentes se dá principalmente pelo fato de que este se depara com o desafio de ensinar o conteúdo, que se costuma ver em um ano, em um curto espaço de tempo: seis meses, em média. Eis aí porque o professor da EJA deve ter cautela nesta modalidade, adequando os recursos de ensino ao contexto de seu alunado.

A dinâmica pedagógica pode até ser diferente, mas o fato de a clientela da EJA e o seu curto período letivo não significa que os professores não apliquem recursos de ensino que aplicariam no ensino regular, tais como aula de vídeo, aulas-passeio, cartazes etc. isto devido à criatividade e a motivação dos professores buscarem atender os alunos da EJA como alunos que precisam de inovação. O uso dos recursos didáticos é uma forma de deixar as aulas mais atrativas e interessantes. Tendo em vista que muitos dos alunos da EJA têm alguma atividade durante o dia, ao chegar à escola à noite, o que menos querem é uma aula enfadonha.

Outra questão que precisa ser analisada diz respeito ao tempo reduzido do período letivo da EJA interfere na aprendizagem dos educandos, pois o que era para se ver em um ano, em termos de assuntos, tem de ser selecionado pelos professores, que priorizam os conteúdos que julgam mais importantes. Isso não quer dizer, porém, que os educandos da EJA sejam de todo prejudicados, a qualidade de ensino dos professores e suas metodologias é que influenciarão diretamente na aprendizagem dos seus educandos.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ALBUQUERQUE, Eliana B. C. e LEAL, Telma F. (Orgs.). **Alfabetização de jovens e adultos em uma perspectiva de letramento?** 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

BECKER, Fernando. **Construtivismo: apropriação pedagógica**. In: FELDMAN, Daniel [et. al]. **Didáticas e práticas de ensino: interfaces com diferentes saberes e lugares formativos**. Dalva E. Gonçalves Rosa, Vanilton Camilo Souza (orgs.). Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 112, 113 e 115.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 39ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. 29ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GUIMARÃES, Sueli Édi Rufini. **A organização da escola e da sala de aula como determinante da motivação intrínseca e da meta aprender**. In: BORUCHOVITH, Evely e

BZUNECK, José Aloyseo [orgs.]. **A Motivação do Aluno, contribuições da psicologia contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 78 e 85

HADDAD, Sérgio. **A ação de governos locais na educação de jovens e adultos**. In: **Revista Brasileira de Educação**. v. 12. n. 35. mai/ago. 2007. p. 197.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos, para quê**. 8ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LOPES, Selva Paraguassu, e SOUZA, Luzia Silva. **EJA: Uma educação possível ou mera utopia?**. Disponível em: <http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_SelvaPLopes.pdf>. Acesso em: 26 out. 2008.

MAZZEU, Francisco José Carvalho. **Uma proposta metodológica para a formação continuada de professores na perspectiva histórico-social**. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 19, n. 44, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000100006&lng=en&nrm=isodoi:10.1590/S0101-32621998000100006>. Acesso em: 29 abr. 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília. Disponível em: <portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 14 out. 2008.

PILETTI, C. **Teoria e prática do planejamento educacional**. São Paulo: Ática, 1995. **Revista Nova Escola**. Editora Abril, novembro/2007.

TOSCHI, Mirza Seabra. **Linguagens midiáticas em sala de aula e a formação de professores**. In: FELDMAN, Daniel [et. al]. **Didáticas e práticas de ensino: interfaces com diferentes saberes e lugares formativos**. Dalva E. Gonçalves Rosa, Vanilton Camilo Souza (orgs.). Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 270, 274 e 276.

